

passo4passo

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA



**ASSEMBLEIA
DE MINAS**
Poder e Voz do Cidadão

passo**A**passo

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Escola do Legislativo
2015

A848 Assis, Luiz Fernandes.

Participação política / [redação: Luiz Fernandes de Assis]. –
Belo Horizonte : Assembleia Legislativa do Estado de Minas
Gerais, Escola do Legislativo, 2015.

28 p.: il. – (Passo a passo)

1. Participação política. II. Título.

CDU: 342.571

Mesa da Assembleia

Deputado Adalclever Lopes

Presidente

Deputado Hely Tarquínio

1º-vice-presidente

Deputado Lafayette de Andrada

2º-vice-presidente

Deputado Bráulio Braz

3º-vice-presidente

Deputado Ulysses Gomes

1º-secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr.

2º-secretário

Deputado Doutor Wilson Batista

3º-secretário

Secretaria

Cristiano Felix dos Santos

Diretor-geral

Carlos Eduardo Ribeiro de Navarro

Secretário-geral da Mesa

passo4passo

A Coleção Passo a Passo, da Escola do Legislativo, tem por objetivo tornar acessíveis ao público externo todas as informações necessárias ao acompanhamento efetivo dos trabalhos realizados pelo Poder Legislativo.

A publicação faz parte do esforço que a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais vem desenvolvendo, nos últimos anos, no sentido de promover uma efetiva integração com a sociedade.

A Coleção Passo a Passo está fundamentada em duas convicções principais:

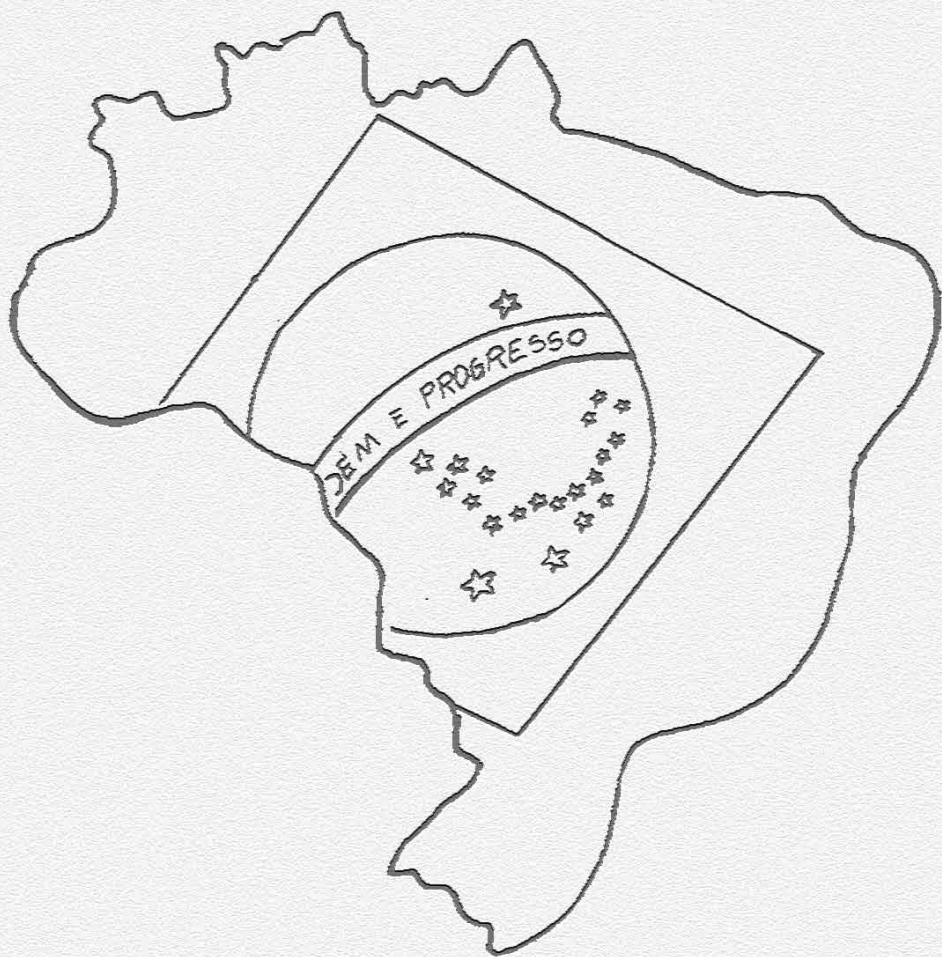
- As entidades representativas, a imprensa, as instituições e o cidadão são elementos fundamentais no processo de construção da verdadeira representação democrática.
- O exercício da cidadania pressupõe, necessariamente, o acompanhamento das atividades do Poder Legislativo e a real possibilidade de participação nas decisões tomadas, não só no plano político-parlamentar, mas também no fazer diário das leis que irão reger o funcionamento do Estado e da sociedade.

A Escola do Legislativo, órgão da estrutura administrativa da Assembleia Legislativa criado em 1992, constitui um espaço de formação profissional, de reflexão democrática e de criação, sistematização e difusão de conhecimento técnico, especializado na área legislativa.

Os volumes editados da Coleção Passo a Passo estão à venda na Livraria do Legislativo e disponíveis na internet (www.almg.gov.br/publicacao/).

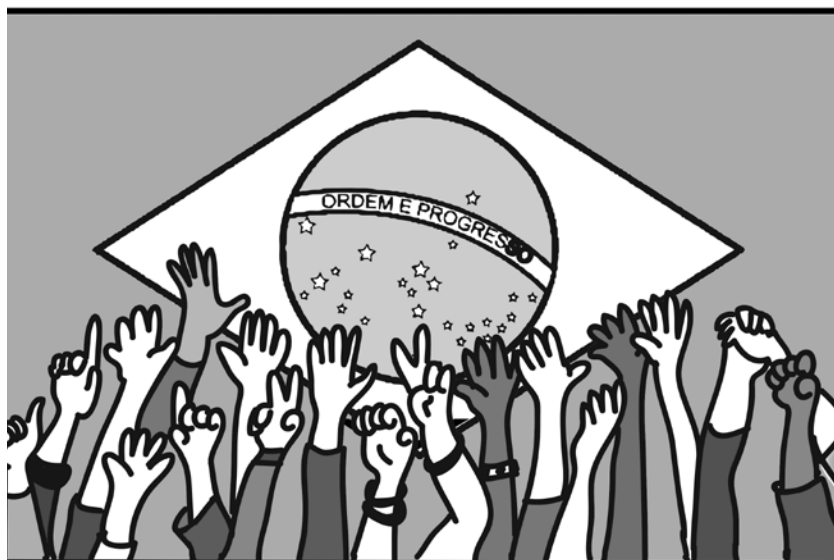
SUMÁRIO

Para início de conversa.....	7
Como estimular a participação política numa sociedade digital de massa e democrática?	9
Outras formas de Participação Política.....	22
Bibliografia	25
Telefones úteis da Assembleia	27



Para início de conversa

Como participar da vida política de sua cidade, de seu estado ou de seu país?



Existem vários níveis de participação: desde os cidadãos que desejam se tornar um político profissional, representante eleito para um mandato parlamentar; passando pelo cabo eleitoral que trabalha para a reeleição do parlamentar; pelo militante voluntário de uma organização não governamental, que acompanha o debate público; até o cidadão comum, estudante, empresário ou dona de casa, que só quer um Estado honesto e eficiente, e ser informado de forma transparente sobre o que ocorre no Parlamento. Toda participação política é legítima, mesmo a omissão e o abstencionismo. Entre uma e outra forma, há inúmeras maneiras de entrar no jogo político. Não é o propósito deste texto detalhar todos níveis de participação política que se abre ao cidadão numa sociedade democrática, mas queremos deixar demonstrado aqui o esforço da Assembleia em estimular essa participação.

A participação política, no Brasil e no mundo, mudou com o tempo. Durante a última ditadura militar (de 1964 a 1985), sob a vigência da Lei

de Segurança Nacional, havia um cerceamento à participação política da população nas decisões de Estado. A censura e a repressão aos movimentos sociais existiam de fato, mas, paradoxalmente, o engajamento e a militância política atingiam amplas camadas da população, destacadamente, o movimento estudantil e o movimento operário. Subsistia um sentimento no ar de que o “fazer a política” era uma necessidade da militância. Se havia o medo da repressão, das prisões e dos desaparecimentos, onde os pais de classe média buscavam afastar seus filhos do assunto “política”, os estudantes iam para a rua e enfrentavam as forças da repressão. Com o movimento vitorioso da Anistia e da luta pela Constituinte, houve um amadurecimento desse engajamento, que ainda transpareceu na indignação da geração dos anos noventa, com a cassação dos “Anões do Orçamento” no Congresso Nacional e no impedimento do primeiro presidente da República eleito no voto. No começo dos anos 1990, os estudantes, chamados de caras-pintadas, ainda foram para a rua, em massa, em todo o Brasil.



Com a normalidade democrática e eleições regulares, para as novas gerações, houve um esvaziamento de um grande motivo (fim da ditadura ou impedimento do presidente da República) que tinham levado seus pais para a luta política, para as ruas. A volta da democracia trouxe a liberdade de expressão e novas formas de participação, mas, infelizmente, trouxe consigo também uma certa acomodação à participação política no âmbito do Estado, restrita que ficou apenas aos momentos eleitorais.

A experiência da consolidação democrática representativa levou por configurar uma esfera da decisão política por demais apartada da sociedade ou esfera civil. A participação política ficou por demais restrita aos representantes e aos profissionais que trabalham com eles. Os cidadãos de hoje, envolvidos em inúmeras atividades cotidianas “não políticas” que consomem sua energia e seu tempo, precisavam cada vez mais de esferas públicas abstratas (que prescindem da presença física) para continuar manifestando suas opiniões e, dessa maneira, tentar influir nas ações do Estado. A atuação política no *cyberespaço* apareceu como alternativa a ser testada. E a Assembleia, com um planejamento estratégico que se pergunta “Qual Assembleia queremos ver no ano 2020?”, não pode deixar de instituir novos experimentos a cada momento.

Como estimular a participação política numa sociedade digital de massa e democrática?

Sabemos e nos preocupamos pois a cidadania para que possa ser exercida em sua plenitude é necessária a participação política, que se concretiza na atuação do cidadão em defesa de interesses específicos e no acompanhamento do que se passa na sociedade e no Estado. Alguns *lobbies* empresariais e alguns movimentos sociais já sabem disso, também.

Comparecer ao parlamento, acompanhar sessões, verificar presenças, escutar o que dizem os representantes, olhar as expressões dos atores políticos ao longo dos trabalhos, compreender algumas manobras regimentais, tudo isso é essencial para entendermos o Legislativo. Mas como fazer isso com tantos afazeres no cotidiano?

Para início da conversa, é preciso estar bem informado, pois só quem sabe o que acontece pode formular uma opinião crítica.

Esse é o objetivo deste **Passo a Passo – Participação Política**: mostrar ao cidadão as várias possibilidades de atuação política no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. A participação política exige do cidadão conhecimento sobre o que ocorre em seu estado e em seu país. A Assembleia se



utiliza de diversos meios de comunicação para fazer chegar à população informação atualizada e apresentar os temas em discussão no Parlamento.

Desde a redemocratização instituída pela Constituição de 1988, a ALMG vem ampliando os canais de comunicação com a sociedade, como forma de fortalecimento de sua democracia interna. Existem várias formas de participar do jogo político. Uma forma idealizada seria a participação política de forma presencial, diária, no acompanhamento dos trabalhos parlamentares, junto aos gabinetes parlamentares e nas comissões permanentes. Claro que sabemos que isso é impossível, devido aos inúmeros afazeres de qualquer cidadão medianamente interessado no assunto. Há de se eleger um tema de interesse e buscar a informação de como podemos influir na matéria.

Como ampliar e aprimorar a participação da sociedade nas atividades do Poder Legislativo

A participação popular nas atividades do Legislativo permite que demandas sociais sejam agregadas e construídas coletivamente. Ao lado da representação política, que constitui um dos pilares da democracia contemporânea, a participação da sociedade na agenda política é hoje reconhecida como indispensável à qualificação das proposições, do debate e das deliberações públicas.

Partindo da premissa de que eleições periódicas são condição necessária, mas não suficiente, para o exercício da cidadania, a Assembleia pôs em prática, desde o início da década de 1990, um conjunto de procedimentos que estimulam a participação dos cidadãos no processo e na produção legislativa, tais como os debates públicos, as audiências públicas, os ciclos de debates, os fóruns técnicos, os seminários legislativos.

Esses procedimentos de participação popular na agenda política visam fortalecer a democracia num processo decisório em múltiplas arenas, notadamente no campo legislativo-parlamentar.

Para que a Assembleia continue avançando em sua missão institucional, é preciso ampliar e aprimorar as práticas de interlocução com a sociedade, tornando o processo legislativo mais democrático e legítimo.

O cidadão deve reconhecer a Assembleia como sua aliada e como foro legítimo de sua expressão, confiando na instituição como protago-

nista e como espaço democrático de participação nas decisões mais importantes para a sociedade.

Promover a educação para a cidadania

Cabe à Assembleia, como instituição preocupada com o seu posicionamento perante a sociedade, assumir, de forma consistente, a missão da educação para a cidadania. Para tanto, deve posicionar-se e fortalecer-se como centro de excelência na reflexão, na produção e na disseminação de conhecimentos sobre temas fundamentais para a democracia. A Escola do Legislativo participa do programa de Educação para a Cidadania, com palestras voltadas para estudantes das redes pública e particular de Minas Gerais, alunos dos ensinos fundamental, médio, superior e grupos de terceira idade.

Palestras para prefeitos, vereadores, assessores políticos, professores e líderes comunitários; seminários e cursos de formação política abertos ao público externo completam o repertório de atividades da Escola na busca de uma maior participação política.

Deve resultar disso um esforço de capacitação direcionado ao corpo de servidores da Casa, assim como a busca de instrumentos e parcerias para estender essa ação às demais casas legislativas, a outros órgãos públicos e à sociedade.

Um dos elementos básicos da democracia representativa assenta-se no direito de os cidadãos sancionarem ou recompensarem os representantes políticos – durante eleições realizadas periodicamente – por meio do voto. Entretanto, tal direito só é exercido em sua plenitude na medida em que os cidadãos sejam capazes de avaliar a ação do representante. Triste é constatar que, muitas vezes, o eleitor não se recorda nem mesmo do nome do parlamentar escolhido na última eleição.

Em palavras simples, a sociedade pode participar do sistema político de pelo menos três maneiras fundamentais: eleger seus representantes políticos, acompanhar seus trabalhos representativos e manifestar constantemente seus interesses. Deve haver, portanto, conexão contínua entre representante e representado. Essa forma de relação mais estável entre sociedade e parlamento demanda, por outro lado, postura ativa da sociedade nesse processo.

Há uma tipologia típica de uma participação política institucional: disponibilização de informação, abertura à consulta pública, relatos de experiências participativas inovadoras, suporte às decisões coletivas e democráticas.

Cidadania se aprende fazendo

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, há anos, vem buscando estimular o debate e a participação com entidades da sociedade civil. São eventos que visam debater temas de grande interesse para a sociedade – trazendo para a Assembleia diversas correntes de opinião, envolvendo especialistas e autoridades de diferentes setores – e subsidiar ações legislativas, executivas e de instituições da sociedade civil vinculadas ao assunto.

Esses eventos são desenvolvidos sob determinação da Mesa da Assembleia, em atendimento às demandas dos segmentos organizados da sociedade ou dos deputados.

Todo o processo de planejamento e realização é desenvolvido em acordo com as instituições representantes desses segmentos. Trata-se de um trabalho compartilhado, que demanda conhecimento amplo por parte das instituições públicas e da sociedade civil, bem como de seus dirigentes/representantes, de seus trabalhos na área em discussão e de suas vinculações e posições políticas. Durante todo o evento, deve prevalecer o princípio de que a Assembleia o coordena numa posição de neutralidade, sendo canal de expressão das ideias em debate.

O primeiro passo é conhecer as várias possibilidades da Assembleia na internet <http://www.almg.gov.br>.

The screenshot shows the official website of the Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. The header includes the organization's name and logo, along with navigation options like 'NOTÍCIAS PÚBLICAS', 'TRANSPARÊNCIA', and 'LOGIN'. A search bar is prominently displayed. The main content area is organized into several sections: 'NOTÍCIAS' with a featured article titled 'Comissão ouve vítimas do regime militar', 'AGENDA' for the date 'Quarta-feira, 21 de Maio de 2014', and 'COMISSÕES' listing various committees such as 'Comissão Especial Indicação do nome de José Soldado Estanislau Junior para o cargo de presidente da Justiça'. There are also links for 'TV Assembleia', 'Rádio Assembleia', and 'ALMG Cultural'.

Na página da Assembleia, estão à disposição do cidadão inúmeros serviços e informações que vão ajudá-lo a conhecer melhor o Legislativo, a formular opinião e a tomar decisões que podem alterar o processo político em nosso estado.

Além do histórico da instituição, do perfil de todos os deputados mineiros, da agenda, dos resultados das reuniões nas comissões permanentes e extraordinárias, dos projetos em tramitação por eles apresentados e seus respectivos endereços, você irá encontrar, na página da Assembleia, quatro abas que reafirmam a abertura para uma efetiva participação política: **Participe, Acompanhe, Consulte e Educação para a Cidadania.**

Na aba **Participe**:

The screenshot shows the website interface for the Assembleia de Minas. The top navigation bar includes links for 'Perguntas Frequentes', 'Fale com: A Assembleia > Deputados > Ouvidoria', 'POLÍTICAS PÚBLICAS', 'TRANSPARÊNCIA', 'LOGIN', 'Cadastro de Boletins por Email', and 'Intranet Webmail'. Below this is a secondary navigation bar with 'Procon', 'Sala de Imprensa', 'Apelo às Câmaras', and 'Escola do Legislativo'. The main content area is divided into four columns under the 'Participe' tab:

- ENQUETES:** Dê a sua opinião sobre temas relacionados ao Legislativo.
- FALE COM A ASSEMBLEIA:** Entre em contato com os setores específicos da Assembleia.
- VISITE A ASSEMBLEIA:** Agendamento de visitas guiadas.
- CONSULTA PÚBLICA:** Ajude a aperfeiçoar projetos importantes para Minas Gerais.
- FALE COM SEU DEPUTADO:** Contato direto com o seu representante na Assembleia de Minas.
- DÊ SUA OPINIÃO SOBRE PROJETOS EM TRAMITAÇÃO:** Informe-se, opine e comente sobre proposições em tramitação na Assembleia.
- ENVIE SUA SUGESTÃO DE PROJETO DE LEI:** Envie sua contribuição que pode trazer melhorias para o Estado.
- OUVIDORIA:** Órgão para defesa dos direitos dos cidadãos no Poder Legislativo.

- Enquetes: Dê a sua opinião sobre temas relacionados ao Legislativo
- Fale com a Assembleia: Entre em contato com os setores específicos da Assembleia
- Visite a Assembleia: Agendamento de visitas orientadas para estudantes e terceira idade
- Consulta Pública: Ajude a aperfeiçoar projetos importantes para Minas Gerais
- Fale com seu deputado: Contato direto com o seu representante na Assembleia de Minas
- Envie sua Sugestão de Projeto de Lei: Envie sua contribuição que pode trazer melhorias para o Estado
- Ouvidoria: Órgão para defesa dos direitos dos cidadãos no Poder Legislativo

Vale destacar: “ENVIE SUA SUGESTÃO DE PROJETO DE LEI”

Como posso sugerir a apresentação de um projeto?

Você pode mandar uma mensagem pelo serviço **Envie sua sugestão de projeto de lei**. A proposta será analisada pela Assembleia e você receberá um retorno.

Existem outras maneiras de encaminhar suas sugestões. A Constituição Estadual, em seu artigo 67, possibilita que sindicatos, associações e entidades apresentem projeto de lei de iniciativa popular, que tramita igual a um projeto de deputado. Outra opção é encaminhar uma sugestão na forma de proposta de ação legislativa, o que também precisa ser feito por entidade legalmente constituída.

Mas o que é proposta de ação legislativa?

A proposta de ação legislativa (PLE) pode ser um projeto de lei; uma emenda a um projeto em análise pela Assembleia; um requerimento de informações a órgãos públicos e a autoridades ou uma solicitação de audiência pública de comissão.

A proposta pode ser apresentada à Comissão de Participação Popular (CPP) por qualquer entidade associativa legalmente constituída, como sindicatos, associações profissionais e comunitárias, conselhos e ongs. Se acatada pela Comissão de Participação Popular, ela passa a tramitar, conforme dispõe o Regimento Interno da Assembleia de Minas, no artigo 289.

A proposta de ação legislativa deve ser encaminhada, pessoalmente ou por carta registrada, à Gerência-Geral de Apoio ao Plenário (Rua Rodrigues Caldas, 30, CEP 30190-921, Belo Horizonte/MG).

A PLE também pode ser resultado de eventos institucionais como o Parlamento Jovem e as audiências do Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG).

Como posso sugerir mudanças nos projetos em tramitação?

Existem diferentes maneiras de fazer isso. Você pode encaminhar sua sugestão, por exemplo, ao seu deputado, ao autor do projeto de seu interesse ou aos integrantes das comissões que vão analisá-lo. Para isso, você pode usar o serviço **Fale com seu deputado**.

Você pode fazer um projeto de lei



Em primeiro lugar, é importante que se tenha uma sociedade civil organizada que identifique os interesses sociais e os faça chegar a um **representante** que os expresse. O deputado estadual pode

apresentar e apoiar projetos de lei que correspondam a esses anseios.

O projeto de iniciativa popular

O projeto de lei de iniciativa popular é pouco conhecido, mas deve ser considerado principalmente pelos sindicatos, pelas associações de classe ou por entidades do gênero. Esse projeto deve ser assinado por, no mínimo, 10 mil eleitores do Estado, em lista organizada por entidade associativa legalmente constituída, que se responsabilizará pela idoneidade das assinaturas, das quais, no máximo, 25 poderão ser de eleitores alistados na Capital do Estado. A tramitação segue os mesmos caminhos de um projeto de lei apresentado por deputado.

Há ainda a Comissão de Participação Popular, instalada pela Assembleia em junho de 2003, com o objetivo de receber propostas de ação legislativa de autoria de associação ou órgão de classe, sindicato ou entidade organizada, exceto partido político. Nesse caso, não há a necessidade de se reunirem 10 mil assinaturas de eleitores do Estado. A proposta será encaminhada à Comissão de Participação Popular e, se aprovada, será transformada em proposição de autoria da própria comissão.



Durante o processo de tramitação, poderá usar da palavra para discutir-la, por 60 minutos, nas comissões ou em Plenário, o primeiro signatário da proposta ou quem este indicar. É ainda objetivo dessa comissão receber propostas de ação legislativa e realizar consulta pública sobre assunto de relevante interesse.

Como se acompanha a tramitação de um projeto de lei?

O projeto nas comissões

Nas reuniões de comissão, é importantíssima a presença das classes organizadas da sociedade, pois terão oportunidade de contato com os parlamentares e influência nas decisões que serão tomadas.

É durante essas reuniões, que são públicas, salvo exceções, que os deputados da comissão têm a oportunidade de ouvir as partes interessadas diretamente no tema em **discussão**. Convém lembrar, entretanto, que os deputados estaduais, no âmbito do Parlamento mineiro, detêm o poder do voto e da decisão.



Há, ainda, as reuniões de comissão denominadas audiências públicas, realizadas no Palácio da Inconfidência ou no interior do Estado, ocasião em que o cidadão tem oportunidade de formular perguntas sobre o assunto em debate.

Para acompanhar os debates e as votações, convém inteirar-se do dia, horário e local das reuniões das comissões permanentes, que são realizadas no Palácio da Inconfidência.

As reuniões ordinárias são convocadas por meio da publicação da Ordem do Dia e as extraordinárias, por meio da publicação do Edital de Convocação, constante do Diário do Legislativo, no jornal Minas Gerais, ou na internet (www.almg.gov.br/dia).

- Comissões permanentes: Os projetos de lei são inicialmente distribuídos à Comissão de Constituição e Justiça (para saber da constitu-

cionalidade, legalidade e juridicidade da matéria). Em seguida, são encaminhados às comissões de mérito.

- **Ordem do Dia:** relação das matérias que serão apreciadas numa reunião.

São exemplos de entidades associativas legalmente constituídas os sindicatos, as associações de moradores, os clubes, os grêmios e as sociedades civis sem fins lucrativos, entre outras.

As leis são elaboradas, discutidas e votadas no Palácio da Inconfidência, sede do Poder Legislativo Mineiro, localizado na Rua Rodrigues Caldas, 30, no Bairro Santo Agostinho, em Belo Horizonte.

O Projeto no Plenário

Após seu trâmite nas comissões, a matéria é encaminhada ao Plenário, onde será discutida em um ou dois turnos, dependendo de sua natureza. Em seguida, é votada e encaminhada ao governador do Estado para sanção.

Como nas comissões, as reuniões do Plenário são públicas, salvo exceções, e seus dias e horários de realização, bem como os projetos em discussão no dia, são publicados no *Diário do Legislativo* do jornal *Minas Gerais*, que está disponível também na internet (<http://www.almg.gov.br/acompanhe/agenda>). O cidadão, munido dessas informações, pode acompanhar das galerias as fases de discussão e votação do projeto de seu interesse.



Retornando ao *site* da Assembleia, na aba **Acompanhe**, você encontrará:

- **Agenda e Eventos:** Programação diária, semanal e mensal de atividades e eventos da ALMG
- **Rádio Assembleia:** Boletins e reportagens em áudio sobre tudo o que acontece na ALMG
- **Licitações:** Saiba mais sobre as licitações em andamento na Assembleia de Minas e os processos já concluídos
- **Notícias:** Leia as notícias do que acontece na Assembleia Legislativa de Minas Gerais
- **Planejamento e Orçamento Público:** Passo a passo sobre a elaboração e a execução do Orçamento do Estado
- **TV Assembleia:** Cobertura completa das atividades da Assembleia, com transmissões ao vivo e programas especiais
- **Prestação de Contas:** Dados sobre a execução orçamentária da Assembleia de Minas e a remuneração dos deputados

Vale a pena destacar: “NOTÍCIAS”

Numa democracia representativa, a opinião pública tem o direito de solicitar informações ágeis e abrangentes das instituições. Para fazê-las chegar à imprensa local, regional ou nacional, a Assembleia Legislativa mantém uma equipe de profissionais atenta aos acontecimentos diários do Plenário e das comissões e aos eventos institucionais, como ciclos de debates, fóruns técnicos, seminários, visitas, etc. Além de fornecer infor-

mações a jornais, rádios e TV, o noticiário é repassado também para a página da Assembleia na internet, todos os dias.

TV Assembleia

A TV Assembleia transmite para o Estado de Minas Gerais a programação do Legislativo Mineiro. São aproximadamente 18 horas diárias de programação, com cobertura ao vivo das reuniões de Plenário, noticiários, debates, mesas-redondas e transmissão de eventos institucionais. Verifique em seu município a maneira mais fácil de receber os sinais. Se a TV Assembleia não estiver presente em sua região por meio das transmissões convencionais em VHF, UHF ou a cabo, ainda assim você poderá recebê-la por meio de antena parabólica.

Rádio Assembleia

Além da TV, a Assembleia mantém correspondentes de rádios que cobrem uma vasta gama de municípios de Minas Gerais e algumas cidades de São Paulo, do Rio de Janeiro, da Bahia e do Espírito Santo, divulgando o trabalho desenvolvido pelo Parlamento mineiro e ouvindo as ideias e opiniões da população.

A próxima aba do *site* da ALMG, **Consulte**: é aqui que você terá todas as informações oficiais, que necessitar:

The screenshot shows the ALMG website interface. At the top, there are navigation links for 'Perguntas Frequentes', 'Fale com:', 'A Assembleia', 'Deputados', and 'Ouvidoria'. There are also buttons for 'POLÍTICAS PÚBLICAS', 'TRANSPARÊNCIA', 'LOGIN', 'Cadastre-se', and 'Boletins por Email'. Below this is a search bar with 'Acesso Rápido' and 'Buscar no Portal'. The main navigation bar includes 'A Assembleia', 'Deputados', 'Atividade Parlamentar', 'Participe', 'Acompanhe', 'Consulte', and 'Educação para Cidadania'. The 'Consulte' section is highlighted and contains several links:

- Informações sobre legislação, publicações, documentos, pronunciamentos dos parlamentares e outros conteúdos**
- LEGISLAÇÃO**: Normas que regem o Estado e as Constituições Estadual e Federal
- BIBLIOTECA**: Acervo especializado e solicitação de pesquisas
- CONCURSOS PÚBLICOS**: Informe-se sobre os concursos realizados
- PRONUNCIAMENTOS**: Discursos feitos em Plenário por deputados e participantes de eventos
- PUBLICAÇÕES DA ASSEMBLEIA**: Conheça e adquira as publicações
- MUNICÍPIOS DE MINAS GERAIS**: Dados sobre municípios, regimes e instituições governamentais em cada cidade
- DIÁRIO DO LEGISLATIVO**: Reunião e organização dos registros oficiais das atividades da ALMG.
- ANAI DA ASSEMBLEIA**: Publicação mensal que preserva a história da ALMG
- RESULTADO DE ELEIÇÕES**: Para deputados estadual e federal, senador e vereador, presidente, governador e prefeito

- Legislação: Normas que regem o Estado e as Constituições Estadual e Federal
- Biblioteca e Arquivo: Acervo especializado e solicitação de pesquisas
- Concursos Públicos: Informe-se sobre os concursos realizados

- Pronunciamentos: Discursos feitos em Plenário por deputados e participantes de eventos
- Publicações da Assembleia: Conheça e adquira as publicações
- Municípios de Minas Gerais: Dados sobre municípios, regiões e instituições governamentais em cada cidade
- Diário do Legislativo: Reunião e organização dos registros oficiais das atividades da ALMG.
- Anais da Assembleia: Publicação mensal que preserva a história da ALMG
- Resultado de Eleições: Para deputados estadual e federal, senador e vereador, presidente, governador e prefeito

Por fim, mas não menos importante, abra a aba **Educação para a Cidadania**:

The screenshot shows the website of the Assembleia de Minas. The header includes the logo and name 'ASSEMBLEIA DE MINAS - Poder e Voz do Cidadão'. Navigation links include 'Perguntas Frequentes', 'Fale com:', 'POLÍTICAS PÚBLICAS', 'TRANSPARÊNCIA', 'LOGIN', 'Cadastro-se', 'Boletins por Email', 'Intranet', and 'Webmail'. A search bar is labeled 'Buscar no Portal'. The main navigation menu includes 'A Assembleia', 'Deputados', 'Atividade Parlamentar', 'Participe', 'Acompanhe', 'Consulte', and 'Educação para a Cidadania'. The 'Educação para a Cidadania' section is expanded, showing four sub-sections: 'A ALMG promove cursos, palestras e projetos para incentivar a formação política e a participação dos cidadãos' (with an image of a group of people); 'ESCOLA DO LEGISLATIVO' (Atividades de capacitação e pesquisa para agentes públicos e cidadãos); 'CALENDÁRIO DE ATIVIDADES' (Confira a agenda diária, semanal e mensal das atividades da Escola do Legislativo); and 'PARLAMENTO JOVEM DE MINAS' (Projeto de formação política para estudantes de ensino médio do Estado). Other sub-sections visible are 'EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA' and 'PUBLICAÇÕES E MULTIMÍDIA'.

- Escola do Legislativo: Atividades de capacitação e pesquisa para agentes públicos e cidadãos
- Educação a Distância: Conheça as ações de educação a distância desenvolvidas pela Assembleia de Minas
- Calendário de Atividades: Confira a agenda diária, semanal e mensal das atividades da Escola do Legislativo
- Publicações e Multimídia: Consulte textos, vídeos e áudios de apoio às atividades de educação política
- Parlamento Jovem de Minas: Projeto de formação política para estudantes de ensino médio do Estado

Vale a pena destacar: “PARLAMENTO JOVEM DE MINAS”



O Parlamento Jovem de Minas é um projeto de formação política destinado aos estudantes dos ensinos médio e superior dos municípios mineiros, que cria para os jovens uma oportunidade de exercício de participação no Parlamento. O trabalho em rede pressupõe a autonomia dos parceiros municipais na concepção, organização e realização das atividades previstas para a etapa municipal, anterior à etapa estadual. As câmaras têm autonomia para elaborar suas ações, comprometendo-se apenas com o calendário do programa, aprovado coletivamente; e com alguns princípios comuns, que dão a identidade do projeto: mobilização local de escolas públicas e privadas do ensino médio; fidelidade ao tema central, também escolhido por meio de um processo coletivo; capacitação dos alunos do ensino médio; elaboração de documento com propostas de ação para o poder público; sessão final no Plenário da câmara municipal.

Objetivos

- Estimular a formação política e cidadã de estudantes dos ensinos médio e superior, por meio de atividades que os levem a compreender melhor a organização dos Poderes, especialmente do Legislativo, e a importância da participação popular no Parlamento.
- Levar os jovens a se interessarem pela agenda sociopolítica de seu município e pelo exercício da participação democrática na discussão e decisão de questões relevantes para a comunidade.
- Propiciar espaço para vivência em situações de estudos e pesquisas, debates, negociações e escolhas, respeitando-se as diferentes opiniões.
- Incentivar o envolvimento das câmaras municipais em atividades de Educação para a Cidadania.

Outras formas de Participação Política

Movimentos sociais novos e o papel das redes

As experiências de e-democracia institucional administradas por parlamentos mostram que a sociedade interfere apenas como usuária e colaboradora, mas não como desenvolvedora. Em outras palavras, a sociedade participa somente na construção de conteúdo apresentando ideias e argumentos, por exemplo – ao utilizar a plataforma digital desenvolvida por organizações parlamentares.



O surgimento de novas práticas participativas em parlamentos faz parte de um redesenho institucional do Estado democrático com vistas a um aperfeiçoamento dos institutos liberais, tais como a representação parlamentar. No entanto, sabemos que ainda são experiências superficiais e pouco efetivas que aparecem no auge do entusiasmo juvenil criado em torno dos benefícios da internet.

Alguns problemas da democracia eletrônica:

- a falta de reatividade dos atores políticos, com quase nenhuma repercussão no processo legislativo real;
- a cada inovação em tecnologias da comunicação e informação, identifica-se uma euforia, um auge, que se concretiza no melhor dos casos somente de maneira parcial;
- grande parte dos trabalhos acadêmicos no domínio da democracia eletrônica ainda hoje – contrariando a evidência histórica – são permeados de uma certa ingenuidade que sobrevaloriza o potencial tecnológico e subestima o papel de instituições, atores e suas estratégias.

Assim, de forma geral, o cidadão não especialista no assunto, ou não habituado com os termos legais, tem dificuldade de emitir sua opinião, ou de apresentar comentários pertinentes. Como não existe nenhum tipo de moderação da participação, esse requisito privilegia o participante técnico e associado a grupo de interesse atuante na área, ou seja, que tenha mais familiaridade com o assunto.

Em vez de usar a linguagem cotidiana informal, comum em blogues não governamentais, as experiências de participação digital em parlamentos são, de maneira geral, muito “oficiais”, em face da linguagem institucional que dificulta a comunicação, pois exige do participante mais labor na redação das contribuições e, dessa forma, inibe a participação do cidadão com capacidade de expressão limitada

Interiorização

Nos últimos anos a Assembleia Legislativa vem tomando várias iniciativas, para levar suas ações ao interior do Estado. Esse processo foi impulsionado pela criação das etapas de interiorização dos seminários legislativos, preparatórios para o evento final, na Assembleia.

Esse modelo ampliou a capacidade de os seminários mobilizar a sociedade em torno do tema proposto, ao mesmo tempo em que passou a exigir tempo e estrutura muito maiores para sua realização. Cada reunião regional constitui um evento próprio, envolvendo dezenas de instituições públicas e civis.

Plebiscito

No Brasil não há uma tradição de consulta popular, como o instituto do plebiscito, mas é bom que se saiba que a Constituição prevê a consulta ao povo sobre questão ou fato político ou institucional antes que se torne norma.

Referendo

Da mesma maneira, o referendo é o momento em que há consulta ao povo para que este aprove ou rejeite ato legislativo ou norma constitucional, antes de seu encaminhamento ao Poder Executivo, para sanção.



Outros espaços de participação, no âmbito do Poder Legislativo Mineiro

O Centro de Atendimento ao Cidadão (CAC)



É o setor da Assembleia onde o público pode pedir informações sobre as atividades institucionais. Dúvidas, sugestões e críticas podem ser encaminhadas pelo Fale com a Assembleia.

Apoio às Câmaras (CEAC)

O Centro de Apoio às Câmaras (Ceac) facilita o relacionamento com as câmaras municipais do Estado e promove a troca de experiências entre as casas legislativas.

Uma das ações do Ceac é a publicação de boletim semanal com notícias sobre agenda e eventos da ALMG e das câmaras e sobre mandatos parlamentares, legislação e jurisprudência de interesse dos vereadores e servidores.

Espaço da Cidadania

A unidade oferecerá gratuitamente à população acesso à internet, serviços de atendimento e proteção ao consumidor, assim como auxílio ao trabalhador. O Espaço Cidadania é composto por três órgãos públicos – o Procon Assembleia e a Delegacia da Polícia de Defesa do Consumidor (Decon), responsáveis pelo atendimento de questões voltadas ao direito do consumidor, e o Centro Estadual de Políticas de Emprego e Renda (Ceper), que irá prestar serviços relativos ao mercado de trabalho. Integra também a unidade a Internet Popular da Assembleia, que disponibilizará pontos de acesso à internet gratuitos.

Por fim, assinamos embaixo da observação abaixo:

“A verdade é que a participação política dos cidadãos sempre foi identificada como a fonte de energia que sustenta um regime democrático em funcionamento. Sem que os indivíduos e os grupos que compõem a sociedade – as “partes” – estejam imbuídos de suas responsabilidades e de sua dignidade como cidadãos, sem que disponham dos recursos mínimos para se imporem como iguais na arena pública, não há enquadramento institucional que possa substituí-los, por bem concebido que seja.”

Bibliografia

- Márcio Nuno Rabat, consultor legislativo da Área XIX, da Câmara dos Deputados, in “REPRESENTAÇÃO, PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E CONTROLE SOCIAL: INSTITUIÇÕES, ATORES E HISTÓRIA, 2010.
- Fontes: Faria, Cristiano Ferri Soares de. O parlamento aberto na era da internet: pode o povo colaborar com o Legislativo na elaboração das leis? – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012. <http://bd.camara.gov.br>.
- Minas Gerais. Assembleia Legislativa. M663 Direcionamento estratégico : Assembleia Legislativa de Minas Gerais, 2010-2020 / Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2010.



Telefones úteis da Assembleia

- Centro de Atendimento ao Cidadão (CAC) – (31) 2108-7800
- Escola do Legislativo – (31) 2108-3400
- Ouvidoria Parlamentar – 0800-310888
- Procon Assembleia – Santo Agostinho: (31) 2108-5500
Praça Sete – Centro: (31) 2108-3456

Escola do Legislativo

Av. Olegário Maciel, 2.161 – Lourdes
30180-112 – Belo Horizonte – Minas Gerais
(31) 2108-3400
www.almg.gov.br/escola
escola@almg.gov.br

Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais

Rua Rodrigues Caldas, 30 – Santo Agostinho
30190-921 – Belo Horizonte – Minas Gerais
(31) 2108-7000
www.almg.gov.br

Ficha Técnica

Coleção Passo a Passo

Publicação da Assembleia Legislativa de Minas Gerais

Coordenação:

Escola do Legislativo

Gerente-geral da Escola do Legislativo:

Ruth Schmitz de Castro

Planejamento executivo e produção gráfica:

Gerência de Publicidade e Comunicação Visual

Revisão linguística:

Izabela Moreira

Redação:

Luiz Fernandes de Assis

Formatação e diagramação:

Letícia Martinez Matos

Capa e ilustrações:

Letícia Martinez Matos

Revisão:

Celso Ivanovo

Impressão:

Gerência-Geral de Suporte Logístico

Escola
do Legislativo



**ASSEMBLEIA
DE MINAS**
Poder e Voz do Cidadão